O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA: AVANÇOS E ENTRAVES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

THE TEACHING OF INDIGENOUS AND AFRO-BRAZILIAN HISTORY: ADVANCES AND BARRIERS OF PUBLIC POLICY IN BRAZILILIAN SCHOOLS

Lilian Marta Grisolio Mendes[1]

Resumo: Este artigo versa sobre a necessidade de superação de antigos entraves e preconceitos existentes no ensino de História Indígena e Afro-Brasileira, que apesar de importantes avanços com as leis 10.639/03 e 10.645/08, ainda persistem em nosso sistema de ensino. A reflexão é um elemento essencial para o processo de transformação no currículo e a implementação de novas práticas educacionais. As temáticas em questão são duas áreas que vem sofrendo profundas transformações, tanto nas políticas públicas que garantem os direitos dos povos indígenas e afro-brasileiros, como também na forma de refletir e ensinar sua história nas escolas. Assim, esta comunicação objetiva refletir sobre tais questões sob a perspectiva do trabalho intercultural que promove a diversidade, para além da mera aceitação da existência e da convivência. Compreendemos que as políticas públicas e o ensino de História precisam avançar em ações educativas que fortaleçam a inter-relação, promovendo o respeito às diferenças e o direito a igualdade.

Palavras-Chave: Afro-brasileira; Educação; História Indígena.

Abstract: This paper discusses about the need of overcoming old barriers and prejudices in Indigenous and Afro-Brazilian History teaching, that despite important advances with the laws 10.639/03 and 10.645/08, still persist in our education system. The reflection of those issues is an essential element for the transformation process in the curriculum and the implementarion of new educational practices. The themes in question are two areas that went through deep changes, both in public policies that guarantee the rights of indigenous peoples and African - Brazilian, as also in the way of reflect and teaching their History in schools. Thus, this communication objectives to reflect these issues from the perspective of intercultural work that promotes diversity, beyond mere acceptance of the existence and coexistence. We understand that public policy and the teaching of History need to advance on educational initiatives that strengthen the interrelationship, promoting respect for differences and the right to equality.

Keywords: African-Brazilian; Education; Indigenous History.

[1] Professor Adjunto II da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Possui Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2011).

INTRODUÇÃO

> *A história não é outra coisa senão uma sucessão de várias gerações, cada uma delas explorando a matéria, os capitais e as forças produtivas legadas pelas que as precederam. Isto quer dizer que, por um lado, prosseguem elas – em condições completamente distintas – a atividade precedente, enquanto que, por outro lado, modificam as circunstâncias anteriores mediante uma atividade humana totalmente diversa.* (Karl Marx)

Uma escola e um ensino de história mais plurais pressupõem transformações e novas práticas pedagógicas. Uma temática essencial para este processo que vem sendo implementada, renovando a história ensinada e os currículos escolares, é a temática do ensino de cultura africana e indígena. Este texto objetiva refletir sobre questões introdutórias acerca da importância da efetivação e continuidade de um trabalho intercultural que promova a diversidade, o respeito e o combate a todo tipo de preconceito e discriminação. Um elemento importante é remover da história indígena ensinada os estereótipos de uma cultura unívoca, atrasada, exótica, fixa, assim como do ensino de história afro-brasileira, e construir novas visões de sociedade mutáveis e complexas, entendendo-as como parte de um processo histórico-social.

Para tal tarefa, faremos antes uma exposição sobre questões do ensino de história afro-brasileira que pode contribuir sobremaneira com reflexões fundamentais à prática docente. Ambos os conteúdos, história indígena e afro-brasileira, fazem parte do mesmo processo de ruptura e transformação com o intuito de promover e garantir o direito a igualdade neste país. O caminho da luta pelo ensino de história afro-brasileira e dos povos indígenas se entrecruzam e fazem parte de um mesmo escopo teórico de emancipação dos povos e rompimento com tradições históricas naturalizadas pelo ensino de história. Evidentemente, levamos em conta suas especificidades.

No momento da implementação desses estudos, a questão fundamental que surgia era: por que devemos ensinar a história africana? Para esta pergunta, poderíamos responder com outra questão: por que estudamos a história dos EUA ou do continente europeu? Civilização Greco-Romana, Feudalismo, Grandes Guerras? No entanto, a resposta reside em primeiro lugar, na visão estereotipada e preconceituosa reproduzida há décadas sobre aquele continente, tal qual sobre as nações indígenas. Além disso, é válido destacar as similitudes que aproximam nosso país daquele continente e povos, à saber, nossa proximidade climática, diversidade ambiental, cultural e religiosa, a presença cultural dos povos africanos na formação do povo brasileiro, influência das línguas, etc.

Por estas e outras razões, nos últimos anos vêm sendo realizada a introdução do ensino de África e afro-brasileiros nas salas de aula, o que os especialistas nomeiam de uma ação em prol da *afro-educação*. Para a realização desse ensino, entendemos que é preciso uma visão ampliada e plural que parte das diversas contribuições do continente africano nas mais variadas áreas do conhecimento.

Desde 1988, a Constituição Federal traz significativa contribuição ao declarar que o Ensino de História deve levar em

conta as diferentes culturas e etnias presentes na formação do povo brasileiro:

> Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam totais ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.
> § 1º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, por sua vez ratificou a Constituição e citou especificamente as três matrizes: a indígena, a africana e a europeia. Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem nos chamados Temas Transversais a questão da pluralidade cultural e em 1999, se afirma o debate sobre a inclusão da história da cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas. Organizações não governamentais, movimentos sociais e universidades foram sujeitos ativos nesse debate e reivindicações. Todavia, somente em 2003 que foram assinados dois importantes instrumentos jurídicos que tornaram o ensino da história afro-brasileira obrigatório. A lei 10.639/03 e o decreto 4886/03 que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, que atendeu as demandas ligadas as políticas afirmativas que em síntese buscam vencer preconceitos e desigualdades raciais acumuladas historicamente mediante a geração de oportunidades.

Essas leis além de apontar a necessidade da pluralidade racial em nossa sociedade, trouxeram à tona os problemas no campo educativo, que permitiram a permanência de discriminações e estereótipos nos conteúdos e materiais didáticos. Assim, escancarou a necessidade de se repensar e de se problematizar aspectos fundamentais como currículo, conceitos e metodologia.

Evidentemente que tais questões geraram uma série de controvérsias e polêmicas. Foram inúmeras alegações e contraposições, no entanto, o fato é que essas leis são fruto de um longo debate político-educacional e da atuação constante e persistente de grupos e acadêmicos que estão conseguindo mudar práticas estabelecidas há muito tempo. Essas leis representam um esforço de reparação ao tratamento de exclusão, inclusive do sistema educacional, que historicamente atenuava a valorosa contribuição dessas etnias.

Um importante material didático usado na década de 1940 pode ilustrar de forma indelével como esse processo ocorre nas salas de aula. O livro de História do Brasil do autor Orestes Rosólia, em consonância com o Decreto-lei da Educação de abril de 1942, traz um capítulo sobre a formação étnica do país. Esse capítulo nos revela a importância dos debates atuais e nos possibilita perceber as consequências daquele modelo educacional de Ensino de História.

No capítulo em questão, o autor apresenta uma descrição dos povos *brancos,* em resumo, ocidentais, cristãos e civilizados. Depois dos povos indígenas, que entre outras coisas possui um ânimo supersticioso, acreditavam no *pagé "[...] espécie de feiticeiro detestável que era respeitado e temido pelo seu poder de malefícios e de prever o futuro [...]" (ROSÓLIA,*

1948, p. 93). O autor ainda afirma que os povos indígenas não possuíam uma religião, pois *"[...] não construíram templos, não possuíam sacerdotes e nem chegaram a ter uma noção abstrata de desuses aos quais tributassem culto" (Ibid., p. 92).* Além disso, o autor ainda classifica os indígenas de insubmissos e defeituosos, *"[...] rendia menos e nunca chegou a ser um bom agricultor" (ibid., p. 95).*

Quanto aos negros a análise parte da ideia de que foram escravizados pela sua fácil submissão, além disso o autor afirma que:

> "[...] em geral o escravo negro era feliz no seu trabalho e na sua submissão. Os grandes engenhos, verdadeiros povoados, contendo centenas de escravos, ofereciam-lhes constantes atrativos com festas, cerimônias religiosas e sociais e com isto, entretinham o constante interesse do negro." (Ibid., p. 95)

No último item do capítulo, o autor apresenta dois gráficos de comparação entre a população do século XVIII e outra da década de 1940. Segundo as estimativas apresentadas os índios compunham 13,5% da população e depois apenas 2%. A mesma lógica da mestiçagem e embranquecimento da população se aplicam aos negros que totalizavam 60% no primeiro gráfico e passaram para apenas 8% da população no século XX.

Articulando o ensino de história e as práticas sociais esse tipo de material auxilia na compreensão de permanências de estigmas e estereótipos ainda presentes nos dias de hoje e revela a necessidade de rompermos essa visão equivocada da existência de uma cultura civilizada e superior.

INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

É nesse contexto que se impõe a necessidade do uso de conceitos como da interculturalidade e da multiculturalidade nos processos de reflexão, investigação e ações educativas.

Vale aqui definir tais conceitos por vezes tomados como equivalentes. A interculturalidade pressupõe relação e interação entre as culturas, a relações entre os povos diferentes. Já a multiculturalidade parte do entendimento que nossa sociedade é composta por diversas culturas, assim pressupõe a existência e a convivência desses costumes e hábitos distintos. Dessa forma, a multiculturalidade é uma característica marcante em nossa sociedade: a miscigenação. No entanto, a interculturalidade vai além de reconhecer nossa diversidade, pressupõe que possamos nos relacionar e interagir. Conforme a autora Bianca Fraccalvieri:

> "O acréscimo da preposição "inter" não é somente quantitativo, mas qualitativo, e pode indicar o espaço compartilhado por uma ou mais culturas e, [...] é também reciprocidade, diálogo cultural, encontro com o outro, alteridade absoluta, cultura que traz a marca da diferença. Na verdade, este encontro com o outro não é algo de novo na Filosofia. Pelo contrário, faz parte da própria natureza, e sua vocação a interculturalidade pode ser historicamente comprovada. " (FRACCALVIERI, 2008, p.23)

Nossas três matrizes para a formação do povo brasileiro possuem suas especificidades. A população indígena é a única nativa, ou seja, já estavam aqui com sua cultura, costumes e organização. Os europeus são imigrantes que chegaram por vontade própria, motivados pelo contexto de desenvolvimento do seu continente. E os povos africanos, por sua vez, também imigrantes, porém forçados e obrigados a abandonar seu continente. Os índios e africanos, portanto, apesar de suas diferenças, tiveram suas tradições e cultura atacadas e foram obrigados a se adaptar de forma trágica e violenta a novas realidades.

Isso justifica a necessidade de se reconhecer a multiculturalidade, não como um sinal de inferioridade e defeito, mas algo próprio da nossa riqueza e que contribui para a interculturalidade, ou seja, com a interação e diálogo de várias culturas. É importante ressaltar que a diversidade é um fenômeno que acompanha a história da humanidade. É próprio das sociedades humanas elementos diferenciadores. A Europa é um grande exemplo disso, apesar de certa visão equivocada de um patrimônio cultural único, é formada por diversos povos, línguas, dialetos, religiões. Uma educação que corrobore para a interculturalidade e que auxilie a conhecer, respeitar e trocar com outras culturas possibilita a todos acessar o patrimônio cultural dos povos indígenas e africano.[2]

No tocante, especificamente ao tema da educação indígena ocorreu o mesmo percurso de luta, cobranças e reivindicações relatadas até aqui, porém somam-se outras importantes questões que desatacaremos a seguir.

Muitos especialistas são categóricos em afirmar que existem danos irreparáveis no caso indígena brasileiro. Em virtude do modelo educacional e de políticas públicas baseadas na ideia de uma educação civilizadora para os povos indígenas, considerados selvagens e insubmissos, ocorreu o desaparecimento de muitas línguas, consideradas atualmente como extintas, assim como inúmeras tradições.

Assim, a lei 10.645/08 é também fruto de intenso debate e atuação do movimento indígena em defesa da história, ensino e da cultura indígena. Infelizmente apesar da lei, observa-se que as escolas ainda reproduzem o hábito de discutir a história dos povos indígenas ou dos afrodescendentes somente em datas comemorativas como o dia do índio ou no dia da consciência negra. Isso, inevitavelmente, corrobora para a manutenção da visão preconceituosa e fragmentada da história dos povos repetindo os equívocos e distorções históricas. Precisamos ir além.

Conforme os pioneiros dos movimentos indígenas são na verdade cinco séculos de resistência ao contato e dominação dos povos brancos. No caso indígena, para além das mudanças e implementações no currículo oficial de ensino de História, soma-se a luta pelo direito da escola indígena de fato: diferenciada, bilíngue e intercultural. Nessa concepção rompe-se com a crença equivocada numa escola única e universal. Nessas escolas o trabalho pedagógico valoriza a oralidade e a reconstrução de memórias.

Esta escola não é isolada, ao contrário, é intercultural por que pressupõe o diálogo entre as tradições indígenas e o

[2] Para aprofundamento em relação aos conceitos de inter e multiculturalidade indicamos MCLAREN, 1997 e SILVA, 2010.

conhecimento científico. Diferente daquele índio estático, imóvel há 500 anos e que não pertence ao tempo presente, o movimento indígena quer se relacionar com o mundo, porém sem perder sua cultura de dinâmicas próprias de seus povos.

Era comum o ensino de História enfatizar apenas a dominação, as derrotas e extermínios, vitimando ou infantilizando os povos indígenas, concedendo um status de passividade e incapacidade, uma dominação sem resistência ou conflito[3].

No século XIX e início do século XX, enquanto a história crítica era forjada, o Brasil legitimava a história oficial, baseada na concepção francesa onde o centro dos estudos era a gênese da civilização, neste caso a europeia cristã ocidental. A história nomeada como tradicional ganhou força e relevância, consolidando uma metodologia rígida e determinando conteúdos. Logo a biografia de ilustres, os fatos marcantes e as datas exatas formavam a tríade que aprisionou o ensino de história por muito tempo.[4]

Nesse contexto foram construídas as explicações para o "Descobrimento de Brasil", para a Independência do Brasil ou ainda para "Proclamação da República", assim como a explicação para a escravidão e dominação dos povos indígenas, cristalizando a visão de povos inferiores e preguiçosos.

No entanto, as muitas crises da educação, os surgimentos de novas gerações de historiadores e movimentos sociais, entre outros fatores corroboraram na reelaboração e ressignificação dos nexos constitutivos da História. Os avanços conquistados, novos temas, novas fontes e olhares vêm alterando esse cenário e mostrando que o ensino de história pode cumprir outros papéis mais humano e democrático. Promover o respeito à diversidade e o combate a todo e qualquer tipo de discriminação ou exclusão é função *sine qua non* da escola e das políticas públicas.

Assim,

> "[...] a ausência da história indígena efetiva indígena na maioria dos livros didáticos não corresponde à presença efetiva e ativa de indígenas e afro-brasileiros na realidade histórica, presença essa que vem deixando infinitos sinais e vestígios que são fontes históricas. É possível e necessário, assim, utilizar o vasto universo de fontes (entendidas também como recursos didáticos) sobre a história desses povos para a elaboração de materiais e atividades didáticas para a prática de ensino e pesquisa de História na educação básica." (COELHO; MEIRA; LIMA, 2012, p. 08)

Nesse sentido, uma última reflexão imperativa nesse debate, diz respeito à formação crítica dos professores de História. Concordamos que para alteração definitiva desse

[3] Aqui vale citar a autora Elza Nadai que nesse sentido afirmava que "O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal" (NADAI, 1992, p. 150)

[4] Dessa forma, conclui sobre esta questão a autora Elza Nadai: "Assim, a História, enquanto disciplina educativa ocupou nas suas origens, um lugar específico, que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as ideias de Nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da Nacionalidade brasileira" (NADAI, 1992, p. 142)

modelo escolar no tocante à educação plural e intercultural é a formação de professores e gestores da educação comprometidos com uma visão crítica e atuante. Para romper, por exemplo, com práticas antipedagógicas como as habitualmente vistas nas escolas, de educação infantil e de fundamental I, que no dia 19 de abril (Dia do índio) fantasiam e pintam os rostos das crianças numa ação que folcloriza e cria estereótipos sobre os povos indígenas.

Desta forma, entendemos que não é papel do historiador conformar-se com o discurso oficial e sim analisar, questionar, problematizar, propor, revelar interesses para que os sujeitos possam se posicionar, redefinir a sua compreensão sobre o mundo e atuar frente à história. Sem isso a pesquisa histórica seria inútil e sem sentido.

Sendo assim, apesar de muitos historiadores colocarem em oposição às questões indígenas e a história crítica que parte do referencial teórico marxista, compreendemos alguns pontos fundamentais que podem colaborar com os avanços necessários em prol de uma luta pelos direitos dos povos indígenas. A luta dos indígenas contra a dominação dos brancos e colonizadores e a destruição de seus valores e costumes tem relação direta com a ideia de luta de classes desenvolvida por Marx. Assim como a questão da dominação não apenas econômica, mas também cultural. Dessa forma, a luta indígena é também uma luta contra a hegemonia de um discurso e projeto de poder. Apesar do contexto e algumas distorções próprias do contexto histórico, podemos citar José Carlos Mariátegui, o fundador do comunismo peruano e um dos mais influentes marxistas da América Latino. Este autor produziu inúmeros textos analisando e relacionando às questões indígenas latino-americanas com as teorias revolucionárias do marxismo. Em seu texto escrito em 1929, *"El problema de las razas em América Latina"*, ele afirma:

> "Só o movimento revolucionário e classista das massas indígenas exploradas poderá lhes permitir dar um sentido real à libertação de sua raça da exploração favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política. Na maioria dos casos, o problema indígena identifica-se com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas são apenas a consequência da sua escravidão. " (MARIÁTEGUI, 1999, p. 110)

Outra importante questão é a crítica ao consumismo próprio do capitalismo. Já na chegada dos portugueses ao Brasil, o encontro entre as duas culturas e sua estranheza ficou bem clara. Para os portugueses, o índio era preguiçoso porque poderia passar o dia pescando o maior número de peixes possíveis para acumular (dentro da lógica já em curso de acumulação primitiva) e para os indígenas era difícil compreender para que pescar tanto se ele só precisava de um peixe para se alimentar.

A lógica da crítica ao consumo, fundamento básico do capitalismo formulado na teoria sobre a mercadoria em Marx, pode ser vista na crítica que os indígenas fazem sobre o consumo exagerado e na supervalorização das mercadorias em detrimento dos valores e tradições.

Segundo Walter Benjamin em "Sobre o conceito da História" (BENJAMIN, 1994) a sociedade moderna é a era do aceleramento das relações tecnológicas. É este o ritmo das

sociedades capitalistas que dificulta a assimilação e transmissão das experiências. O tempo de produção artesanal, própria das sociedades indígenas dava ao homem a condição de narrar e transmitir suas tradições e memórias. Já o tempo do capital absorve nossas capacidades reflexivas de ouvir e guardar: tudo é efêmero e provisório. No entanto, para a cultura indígena, o tempo da produção do capital é nocivo para sua existência. A preocupação com a preservação de seus costumes, língua e tradições é real e essa luta é travada tanto no âmbito das políticas públicas e movimentos indígenas, como na luta pelo ensino da história indígena.

Conforme nos relata Ailton Krenac um dos maiores ativistas indígenas do nosso país:

> "[...] quem tem identidade, quem tem alteridade, ele pode sofrer todas as perseguições, pode passar por todos os becos circunstancias da vida, mas ele não perde o rumo, por que ele sabe quem ele é, sabe de onde veio e para onde vai. Ele não vai ficar se vendendo em troca de bugiganga. E um grande trajeto da civilização moderna é que por falta de alteridade as pessoas estão vivendo por conta das bugigangas: é consumir o próximo celular, a próxima porcaria eletrônica, o próximo carro, o próximo item tecnológico. As nossas crianças estão sendo estimuladas o tempo inteiro a essa alienação de ter objetos, de ter coisas. Então, a maioria de nós estamos forçados pela ideia de ter coisas e não de ser." (KRENAC, 2012, p. 128)

Nesse sentido, defendemos o ensino de História numa perspectiva crítica, pluralista e combativa, que contribua para a revisão dos currículos e métodos de ensino, construção de novas práticas e políticas no sentido de combater a exclusão, a dominação e o desaparecimento da cultura indígena e tradições afro-brasileiras que constituam a formação de nossa população.

O desafio das atuais políticas públicas e da educação é garantir a continuidade e a ampliação das ações efetuadas até aqui e garantir a existência e os direitos da educação indígena. Para tal, o ensino de história crítico é fundamental para que auxilie os não indígenas a romperem com seus preconceitos e para que desenvolvam uma visão mais plural e diversa da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. *Sobre o conceito da história*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. (Obras escolhidas; v. 1)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FRACCALVIERI, B. *Filosofia como lugar aberto para um diálogo entre culturas. Revista Filosofia Ciência & Vida*. São Paulo: v 2, n 23, p. 24-31, 2008.

KRENAC, A. *História Indígena e o eterno retorno do encontro.* In: LIMA, P. L. O. (Org.). *Fontes e Reflexões para o ensino de*

história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de história do PIBID/FaE/UFMG, Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2012, p. 114-131. (Coleção PIBID Faz)

COELHO, A.; MEIRA, E.C.R.; LIMA, P. L. O. *Apresentação.* In: LIMA, P. L. O. (Org.). *Fontes e Reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira*: uma contribuição da área de história do PIBID/FaE/UFMG, Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2012, p. 4-9. (Coleção PIBID Faz)

MARIÁTEGUI, J. C. *El problema de las razas em América Latina*, In: LOWY, Michel. *O marxismo na América Latina*. Tradução Claudia Schilling, Luís Carlos Borges, 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 108-111.
MCLAREN, P. *Multiculturalismo Crítico.* Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

NADAI, E. Ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas. In: ANPUH, *Dossiê Memória, História e Historiografia*. São Paulo: Anpuh, 1993.

ROSÓLIA, O. *História do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1948.

SILVA, L. E. *A educação étnico-racial: Reflexões sociológicas e filosóficas*. *Revista Educação*, UnG, v. 5, n. 1, p. 45-53, 2010. http://revistas.ung.br/index.php/educacao/issue/view/37/showToc Acesso em 05 mar. 2014.